

Signatários (em ordem alfabética)

350.org Brasil

APIB (Articulação dos Povos Indígenas do Brasil)

APSERJ - Associação Profissional dos Sociólogos do Estado do Rio de Janeiro

Associação Alternativa Terrazul

Associação de Preservação do Meio Ambiente e da Vida - Apremavi

Associação para a Gestão Socioambiental do Triângulo Mineiro

Avaaz

COIAB (Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira)

CONAQ

Ciupoa

Coalizão Negra Por Direitos

Comitê de Defesa dos Direitos dos Povos Quilombolas de Santa Rita e Itapecuru Mirim MA

Ecomuseu de Sepetiba - Eicos UFRJ

Gambá- Grupo Ambientalista da Bahia

Global Youth Biodiversity Network (GYBN Brazil)

IPÊ - Instituto de Pesquisas Ecológicas

Instituto Alana

Instituto Climainfo

Instituto Internacional de Educação do Brasil

Instituto Sociedade, População e Natureza

Instituto Vladimir Herxog

Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia - IPAM Amazonia

Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Amazônico-IPDA

Mater Natura - Instituto de Estudos Ambientais

Observatório do Clima

Pretah Consultoria e Projetos

Universidade Estadual de Campinas

WWF BRASIL

Carta Aberta aos Presidentes Lula e Biden

Proteger a Amazônia e combater as mudanças climáticas só é possível com direitos humanos e enfrentamento ao racismo ambiental

9 de fevereiro de 2023

Excelentíssimo Presidente da República Federativa do Brasil, Sr. Luiz Inácio Lula da Silva,

Excelentíssimo Presidente dos Estados Unidos da América, Sr. Joseph R. Biden, Jr.,

No dia 10 de fevereiro, Vossas Excelências terão sua primeira reunião oficial, na qual espera-se que discutam democracia, mudanças climáticas e a cooperação entre o Brasil e os Estados Unidos.

Ambos os países vêm de experiências traumáticas com grupos de extrema-direita que tentaram destruir a ordem democrática. Nos EUA, seguem em curso as investigações sobre as responsabilidades da tentativa de golpe em 6 de janeiro de 2020. No Brasil, ainda se reconstroem os prédios públicos vandalizados pelos atentados de 8 de janeiro de 2023.

Em nosso país, a crise ambiental e a ameaça golpista andam de mãos dadas. As mesmas forças e os mesmos atores que bancaram ações terroristas no Brasil entre dezembro de 2022 e janeiro de 2023 são também responsáveis pelo desmatamento, pelas invasões de terras indígenas e pelo garimpo ilegal.

Nós, organizações da sociedade civil brasileira, enviamos a presente carta para **apontar a urgência de que o meio ambiente, e particularmente a proteção da Amazônia e demais biomas brasileiros, sejam prioridade da agenda conjunta.**

Sabemos que o meio ambiente do Brasil é único e estratégico. Nosso país detém 60% de toda a Amazônia continental, que, juntamente com os demais biomas brasileiros, contribui ativamente na regulação do clima global e estoca bilhões de toneladas de carbono. **E ainda, as questões climáticas elencadas e destacadas nesta Carta vêm acarretando consequências gravíssimas às pessoas dos Territórios destacados,** tanto no meio urbano quanto no campo, matas e florestas, especialmente as que habitam nos Territórios tradicionais. Logo é preciso tê-las no centro das políticas públicas.

Os trágicos impactos das mudanças climáticas têm ampliado a precarização da vida do povo brasileiro, sobretudo aqueles em maior vulnerabilidade, como os povos indígenas, quilombolas, população negra e comunidades tradicionais. Nesse sentido, instamos ambos os líderes a aumentar a ambição de suas metas climáticas no importante ano do primeiro Balanço Global do Acordo de Paris. No caso americano, maior ambição se traduz também na provisão de financiamento adequado para mitigação, adaptação e perdas e danos nos países em desenvolvimento.

Este primeiro encontro deve ser o primeiro passo para o trabalho conjunto de ambos a fim de impedir a degradação da Amazônia e demais biomas brasileiros, e evitar ainda maiores impactos negativos às pessoas que já sofrem com os efeitos das mudanças climáticas e do racismo ambiental. Esperamos que tais recomendações possam guiar o trabalho dos líderes neste encontro, bem como de suas ministras, ministros e assessorias na construção de uma agenda ambiental comum, justa e respeitosa do princípio de autodeterminação dos povos..

Certos da compreensão de Vossas Excelências, colocamo-nos à disposição para seguirmos juntos nessa luta em prol do meio ambiente, da Mãe Natureza, Amazônia e demais biomas, e do bem viver dos nossos povos e da humanidade inteira.

Recomendações para o Brasil

- **Desmontar a estrutura criminoso do garimpo ilegal, do desmatamento e do roubo de madeira em terras indígenas invadidas.** Acelerar a demarcação de todas as terras indígenas, especialmente aquelas que não têm mais nenhum empecilho jurídico, isto é, que já preencheram todas as fases do processo de demarcação, faltando apenas a assinatura presidencial para serem homologadas, e que ao todo somam 13 terras indígenas nas regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sul.
- **Comprometer-se com a não aprovação, e eventualmente o veto, ao “Pacote da Destruição” no Congresso brasileiro.** Se aprovadas, as leis contrárias ao meio ambiente em tramitação no Parlamento tornarão a ambiciosa agenda socioambiental do governo muito mais difícil de implementar.
- **Barrar o licenciamento ambiental de empreendimentos sabidamente danosos ao clima,** às florestas, aos povos indígenas e tradicionais, a ecossistemas terrestres ou marinhos frágeis, únicos e ameaçados ou que dificultem a consecução da meta de desmatamento zero.
- **Retomar a Política Nacional sobre Mudança do Clima,** visando a apresentar uma nova NDC (Contribuição Nacionalmente Determinada) compatível com 1,5oC ainda este semestre;
- **Retomar a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental (PNGATI).**
- **Efetivar o Plano Nacional de Adaptação** e a eliminação das desigualdades raciais, étnicas, de gênero e geracional, assegurando a produção de políticas nacionais, com ênfase em gestão ambiental, gestão territorial, fortalecimento da agricultura familiar e da titulação de terras quilombolas;
- **Incentivar a defesa dos bens comuns e proteção contra a mercantilização dos recursos naturais** - inclusive as águas e as florestas. E contra a expansão das fronteiras agrícolas e de projetos neoextrativistas, como é o caso da mineração, do petróleo e do gás, exigindo maior controle ambiental das mineradoras e assistência às vítimas dos crimes socioambientais, como famílias quilombolas, indígenas e povos e comunidades tradicionais, com destaque para as situações de desastre provocadas a partir de rompimentos de barragem em Brumadinho e Mariana;
- **Erradicar o racismo ambiental** e orientar as políticas de proteção e conservação ambiental e demais biomas brasileiros de modo a promover políticas que garantam o acesso universal das populações urbanas e rurais à moradia digna, à cidade, à terra, à água potável, ao saneamento básico; garantindo sua soberania alimentar e o acesso à alimentação saudável, adequada e com qualidade, livre de agrotóxicos e transgênicos;

- **Garantir que as florestas públicas não-destinadas sejam dedicadas à conservação e ao uso sustentável, impedindo a grilagem**, assegurando o direito à terra aos povos tradicionais e evitando a privatização de qualquer terra pública;
- **Garantir apoio político irrestrito aos ministérios do Meio Ambiente e dos Povos Indígenas** na coordenação da implementação da agenda socioambiental e climática do país.

Recomendações para os EUA

- **Respeitar a soberania do Brasil sobre seus territórios, em particular o território Amazônico**. E que os desdobramentos do Acordo de Salvaguardas Tecnológicas (AST), firmado entre os governos do Brasil e dos EUA em 2019, não avancem no território quilombola de Alcântara, no Maranhão nem provoquem a expulsão dos quilombolas e remoção de suas terras ancestrais;
- Fortalecer as **leis para impedir a importação de produtos associados a qualquer desmatamento e degradação da Amazônia** e de demais biomas brasileiros, à contaminação ambiental e aos conflitos com povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, população urbana periférica e vulnerável às mudanças climáticas e desastres ambientais.
- **Garantir que os produtos importados pelos Estados Unidos não contribuam para a destruição da Amazônia**, de outros biomas brasileiros ou para as violações dos direitos dos povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, população urbana periférica e vulnerável às mudanças climáticas e desastres ambientais e criar **mecanismos de controle de monitoramento e transparência para instituições financeiras**, comerciantes de *commodities* e importadores que tenham relação direta ou indireta com a Amazônia;
- **Cooperar com o Brasil e apoiar o combate ao crime internacional organizado** associado ao crime ambiental e violações de direitos humanos em terras indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais;
- **Apoiar programas para proteção de defensores** ambientais e de direitos humanos;
- **Contribuir para o fundo Amazônia**, alocando recursos para a preservação e restauração da floresta;
- **Cooperar com o Brasil e garantir que projetos de conservação e transição energética incluam condicionantes claras** aos países para que em nenhum caso afete os direitos dos povos indígenas, comunidades quilombolas e outras comunidades tradicionais.
- **Incluir os povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais** na elaboração do plano político americano para proteção da Amazônia e de outros biomas brasileiros.

Signatories (in alphabetical order):

350.org Brasil
APIB (Articulação dos Povos Indígenas do Brasil)
APSERJ - Associação Profissional dos Sociólogos do Estado do Rio de Janeiro
Associação Alternativa Terrazul
Associação de Preservação do Meio Ambiente e da Vida - Apremavi
Associação para a Gestão Socioambiental do Triângulo Mineiro
Avaaz
COIAB (Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira)
CONAQ
Ciupoa
Coalizão Negra Por Direitos
Comitê de Defesa dos Direitos dos Povos Quilombolas de Santa Rita e Itapecuru Mirim MA
Ecomuseu de Sepetiba - Eicos UFRJ
Gambá- Grupo Ambientalista da Bahia
Global Youth Biodiversity Network (GYBN Brazil)
IPÊ - Instituto de Pesquisas Ecológicas
Instituto Alana
Instituto Climainfo
Instituto Internacional de Educação do Brasil
Instituto Sociedade, População e Natureza
Instituto Vladimir Herxog
Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia - IPAM Amazonia
Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Amazônico-IPDA
Mater Natura - Instituto de Estudos Ambientais
Observatório do Clima
Pretah Consultoria e Projetos
Universidade Estadual de Campinas
WWF BRASIL

Open Letter to Presidents Lula and Biden:

Protecting the Amazon and fighting climate change is only possible with human rights, and confronting environmental racism

February 9, 2023

Your Excellency the President of the Federative Republic of Brazil, Mr. Luiz Inácio Lula da Silva

Your Excellency the President of the United States of America, Mr. Joseph R. Biden,

On February 10, Your Excellencies will have your first official meeting, where you are expected to discuss democracy, climate change, and cooperation between Brazil and the United States.

Both countries come with traumatic experiences with far-right groups that tried to destroy democracy. In the United States, investigations about the attempted coup of January 6th, 2020 are still ongoing. In Brazil, the public buildings vandalized during the attacks of January 8th, 2023 are still being rebuilt.

Environmental crises and coup threats go hand in hand in our country. The same forces and actors who financed terrorist actions in Brazil between December 2022 and January 2023 are also responsible for the deforestation, for the invasion of indigenous territories and for illegal mining.

We, Brazilian civil society organizations, send this letter to point out the urgency of prioritizing environmental protection, in particular for the Amazon and Brazilian biomes, in the joint agenda.

*We know that Brazil's environment is unique and strategic. Our country holds 60% of the entire continental Amazon, which, together with the other Brazilian biomes, actively contributes in regulating the global climate, storing billions of tons of carbon. **Furthermore, the climate issues listed and highlighted in this letter** are leading to very serious consequences for the people who live in the outlined Territories, in the cities but also in the countryside and forests, especially those who live inside the traditional Territories. Therefore, they must be central to public policies.*

The tragic impacts of climate change have increased the precariousness of the lives of the Brazilian people, especially those at greater risk, such as indigenous peoples, quilombolas, the black population, and traditional communities. In this sense, we urge both leaders to increase the ambition of their climate targets in the important year of the first Global Review of the Paris Agreement. For the US, increased ambition also translates to providing adequate financing for mitigation, adaptation, and loss and damage in developing countries.

This first meeting should be the first step in working together to prevent further degradation of the Amazon and other Brazilian biomes, and to avoid even greater negative impacts on people already suffering from the effects of climate change and environmental racism. We hope that these recommendations can guide the work of the leaders in this meeting, as well as that of their ministers and advisors in the construction of a common environmental agenda, fair and respectful of the principle of self-determination of the people.

We are at your disposal to continue together in this fight for the environment, for Mother Nature, for the Amazon and other biomes, and for the good living of our peoples and of all humanity.

Recommendations for Brazil

- ***Dismantling the criminal structure of illegal mining, deforestation and illegal logging in invaded indigenous lands.*** Accelerate demarcation of all indigenous lands, especially of those that no longer have any legal impediment, that is, that have already completed all phases of the demarcation process, lacking only the presidential signature to be ratified, which add up to 13 indigenous lands in the North, Northeast, Midwest and South.
- *Committing to the non-approval, and to the eventual veto, of the "Destruction Package" in the Congress. If approved, the environmentally-unfriendly bills being considered in Parliament will make the government's ambitious socio-environmental agenda much more difficult to implement.*
- ***Bar environmental licensing of enterprises known to be harmful to the climate, to forests, to indigenous and traditional peoples, to fragile, unique and threatened terrestrial or marine ecosystems, or that make it difficult to achieve the goal of zero deforestation.***
- ***Resume the National Policy on Climate Change,*** aiming to present a new NDC (Nationally Determined Contribution) compatible with 1.5C still this semester.
- ***Resume the National Policy on Territorial and Environmental Management (PNGATI).***
- ***Put into effect the National Adaptation Plan*** and eliminate racial, ethnic, gender and generational inequalities, securing national policies emphasizing environmental management, territorial management, strengthening of family agriculture and the titling of quilombola lands;
- ***Encourage the defence of common goods and the protection against the commodification of natural resources*** - including water and forests. And against the expansion of agricultural frontiers and neo-extractive projects, as is the case of mining, and oil and gas, demanding greater environmental control of mining companies and assistance to victims of socio-environmental crimes, such as quilombola families, indigenous peoples and traditional communities, with emphasis on the disastrous situations caused by dam bursts in Brumadinho and Mariana;
- ***Eradicate environmental racism*** guiding environmental protection and conservation policies in order to promote policies that guarantee universal access of urban and rural populations to decent housing, to the city, to land, to drinking water, to basic sanitation; guaranteeing their food sovereignty and access to healthy, adequate, and quality food, free of pesticides and transgenics.
- ***Ensure that public forests that are not allocated to be directed to conservation and sustainable use, preventing land grabbing,*** ensuring the right to land for traditional peoples, and avoiding the privatization of any public land;
- ***Ensure unrestricted political support for the Ministries of Environment and of Indigenous Peoples*** in coordinating the implementation of the country's socio-environmental and climate agenda.

Recommendations for the USA

- **Respect Brazil's sovereignty over its territories, in particular the Amazon territory.** And that the developments of the Technological Safeguards Agreement (TSA), signed between the governments of Brazil and the U.S. in 2019, do not encroach on the quilombola territory of Alcântara, in Maranhão, and cause the expulsion and removal of quilombolas from their ancestral lands;
- **Strengthen laws to prevent import of products associated with any deforestation and degradation of the Amazon** and of other Brazilian biomes, environmental contamination and conflicts with indigenous peoples, quilombolas, riverine peoples, peripheral urban population and those vulnerable to climate change and environmental disasters.
- **Ensure that products imported by the United States do not contribute to the destruction of the Amazon,** of other Brazilian biomes, or to violations of the rights of indigenous peoples, quilombolas, riverbank dwellers, peripheral urban populations, and those vulnerable to climate change and environmental disasters; and create monitoring control and transparency mechanisms for financial institutions, commodity traders, and importers that have a direct or indirect relationship with the Amazon;
- **Cooperate with Brazil and support the fight against international organized crime** associated with environmental crime and human rights violations in indigenous lands, quilombolas and traditional communities;
- **Support programs to protect environmental and human rights defenders;**
- **Contribute to the Amazon fund,** allocating resources for forest preservation and restoration;
- **Cooperate with Brazil and ensure that conservation and energy transition projects include clear conditions** for countries that do not affect the rights of indigenous peoples, quilombola communities, and other traditional communities in any way.
- **Include indigenous peoples, quilombola and traditional communities** in the elaboration of the US policy plan for the protection of the Amazon and other Brazilian biomes.